PASSO A PASSO PARA HABILITAÇÃO E ADOÇÃO

Coordenadoria da Infância e da Juventude - COIJ



O QUE É ADOÇÃO?

O vocábulo "adoção" vem do latim "ad-optare", isto é, aceitar, escolher. Possibilita criar uma família, atribuindo a condição de filhos às crianças biologicamente geradas por outros.

Adotar é amar uma criança, seja ela filha consanguínea ou não. Deve ser uma decisão consciente e livre de preconceitos pessoais, com doação incondicional de si mesmo. [...] pressupõe acolher o outro com plena disponibilidade emocional e psicológica.

A adoção é um processo juridicamente legal e seguro, mas exige a preparação emocional dos pretendentes. Requer responsabilidade, redescobrir o significado família, ampliar a visão do mundo para além da integração e comprometimento com o outro. Não pode ser feita de forma impulsiva, por gratidão, piedade ou promessa, nem é um remédio para a pobreza. Não é uma estratégia para solucionar problemas pessoais ou conjugais; tampouco é um instrumento para realizar esperanças ou alcançar metas pessoais, pois cada pessoa deve realizar-se por si mesma, e não através do outro. (Souza, 2008, p.24)

1° PASSO

Para você tornar-se habilitado, deverá por meio de Defensor Público ou Advogado, impetrar ação de habilitação à adoção.

Documentação necessária:

- 1.Cópia da certidão de nascimento, casamento ou declaração de união estável
- 2.Cópias do RG e CPF
- 3.Cópia do comprovante de residência (água, luz ou telefone)
- 4.Cópia do comprovante de rendimentos (contracheque, holerite ou declaração com firma reconhecida em cartório)
- 5. Atestado de sanidade física e mental (Posto de saúde ou particular)
- 6.Certidão negativa de distribuição cível da Justica Federal e Estadual
- 7. Certidão de antecedentes criminais

2° PASSO

Ao iniciar o processo de adoção é obrigatória a sua participação em programa que inclua a preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção interracial, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos, com emissão de certificado que deverá ser anexado aos autos.

3° PASSO

Será realizada uma visita técnica pela Assistente Social do Juizado. Nessa ocasião, a profissional irá até a sua residência verificar a dinâmica e contexto familiar, onde preencherá questionário socioeconômico no qual será indicado o perfil da criança ou adolescente pretendido.

4° PASSO

Você receberá um telefonema do Setor de Psicologia convocando-o a comparecer ao referido setor para ser avaliado, com o objetivo de aferir sua capacidade e o seu preparo para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável.

5° PASSO

É a manifestação do Ministério Público que avaliará os relatórios da equipe interprofissional e emitirá seu parecer. Após, encaminhará os autos ao MM. Juiz de Direito.

6° PASSO

O juiz apreciará os dados do processo e expedirá a sentença, deferindo ou não a habilitação

7° PASSO

Caso a decisão seja favorável, você receberá seu Laudo de Habilitação e um encaminhamento que lhe permitirá visitar os abrigos existentes. Nesta etapa, ocorrerá sua inscrição no Cadastro Nacional de Adoção — CNA, o qual permitirá que você adote em qualquer estado brasileiro, caso tenha optado no perfil.

É bom salientar que, neste caso, o adotante deve ter disponibilidade de tempo e recursos para ir ao encontro de crianças e adolescentes disponíveis em outros estados, haja vista que o processo e o estágio de convivência serão efetuados na Comarca de origem.

8° PASSO

Você é convidado para conhecer uma criança (ou adolescente) que se encontra elegível para adoção e que corresponde ao perfil indicado por você no cadastro. A convocação se dá pela ordem cronológica da habilitação e pela compatibilidade de perfis do(a) adotando(a) com o adotante da vez, podendo este aceitar ou não.

9° PASSO

Será dado início ao Estágio de Convivência pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, sendo acompanhado pela equipe interprofissional do Juizado com apoio da equipe da unidade de acolhimento. Trata-se de um período fundamental para que a criança ou adolescente conheçam a família e estabeleçam vínculos de afetividade e afinidade para um bom relacionamento familiar.

ATENÇÃO:

Adoção llegal: registrar uma criança com o nome dos pais adotivos sem passar pelo processo legal de adoção é uma pratica ilegal e criminosa, também conhecida como "adoção à brasileira", e está previsto no artigo 242 do Código Penal, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Adoção Irregular: é aquela que o pretendente convive com a criança em seu domicilio sem registrá-la como filha e, depois de algum tempo (em geral anos), pede a adoção, chegando ao Judiciário como um fato consumado, correndo o risco de ter a adoção contestada pelos genitores.

10° PASSO

Após relatório minucioso elaborado pela equipe interprofissional acerca do estágio de convivência, o Juiz prolatará a sentença, cancelando o registro original do adotando e este receberá uma nova Certidão de Nascimento com o nome dos pais e sem referência alguma ao processo de adoção. Lembrando que poderá haver alteração também no prenome.